

<div><div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div><div>VICE-GOVERNADOR Thiago Pampolha Gonçalves</div></div> <div>ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO<div>SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL <i>Nicola Moreira Miccione</i></div>SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR <i>Rodrigo Ratkus Abel</i></div> SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO <i>Bernardo Chim Rossi</i>

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo	
Gabinete do Governador
Governadoria do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Vice-Governadoria do Estado

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil
Gabinete do Governador
Governo
Planejamento e Gestão
Fazenda
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
Polícia Militar
Polícia Civil
Administração Penitenciária
Defesa Civil.....	...
Saúde
Educação.....	...
Ciência, Tecnologia e Inovação
Transportes e Mobilidade Urbana
Ambiente e Sustentabilidade
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
Cultura e Economia Criativa
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	...
Esporte e Lazer
Turismo
Controladoria Geral do Estado
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro....	...
Trabalho e Renda.....	...
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
Transformação Digital.....	...
Infraestrutura e Cidades.....	...
Energia e Economia do Mar.....	...
Habitação de Interesse Social.....	...
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
Mulher.....	...
Procuradoria Geral do Estado

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO

REPARTIÇÕES FEDERAIS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 10.041 DE 19 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES APREENDIDAS EM OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Governador do Estado do Rio de Janeiro
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As armas de fogo e munições apreendidas em operações realizadas pelas Polícias Civil e Militar, após a elaboração de laudo pericial e sua respectiva juntada aos autos do processo, serão encaminhadas, pelo juiz competente, ao Comando do Exército, conforme já dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 2º - A Polícia Civil ou Militar, a contar da data do encaminhamento ao juiz competente responsável pela apreensão de armas de fogo e munições, poderá, no prazo de 10 (dez) dias, requerer ao Comando do Exército a doação dos armamentos apreendidos, de suas peças, componentes e munições.

Parágrafo Único - No requerimento de que trata o caput, deverá constar a relação, a quantidade e a justificativa de necessidade do uso dos armamentos e das peças, componentes e munições apreendidas.

Art. 3º - Autorizada a doação pelo Comando do Exército, a Polícia Civil ou Militar deverá incorporar as armas de fogo, suas peças, componentes e munições ao seu patrimônio.

Art. 4º - O armamento apreendido, suas peças, componentes e munições, após a incorporação ao patrimônio da Polícia Civil ou Militar, deverão passar por inspeção minuciosa e serão utilizados, exclusivamente, para o treinamento, capacitação e reciclagem dos agentes.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Projeto de Lei nº 1268-A/2019
Autoria dos Deputados: Rodrigo Amorim, Filipe Soares e Marcos Muller.

OFÍCIO GG/PL Nº 129
RIO DE JANEIRO, 19 DE JUNHO DE 2023

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 26 de maio de 2023, do Ofício nº 91-M, de 25 de maio de 2023, Projeto de Lei n.º 6200-A de 2022 de autoria da Deputada Dani Monteiro que, “**REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES, POR MEIO DE REPRESENTANTES ELEITOS, NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS DE TODA A REDE ESTADUAL DE ENSINO**”.

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência

que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado **RODRIGO BACELLAR**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 6200-A DE 2022, DE AUTORIA DA SENHORA DEPUTADA DANI MONTEIRO QUE “REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES, POR MEIO DE REPRESENTANTES ELEITOS, NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS DE TODA REDE ESTADUAL DE ENSINO”

Muito embora elogiável a inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o Projeto de Lei, que pretende regulamentar a participação dos estudantes, através de representantes eleitos, no processo de elaboração do Regimento Interno das escolas da Rede Estadual.

Redundante, mas, indispensável destacar a preocupação do legislador estadual com a matéria disciplinada nesta proposta legislativa uma vez que, evidente o seu compromisso em conferir máxima efetividade

a gestão democrática do ensino público, conforme prevê o inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal.

Contudo, ao pretender regulamentar a participação dos estudantes no processo de elaboração do regimento interno das escolas da rede estadual de ensino, com a subseqüente atribuição de tarefas aos órgãos estaduais, a iniciativa avança em providências materialmente administrativas, adentrando no rol de atribuições do Poder Executivo e das suas Secretarias para gerir a Administração Pública.

Cabe ressaltar que a Carta Estadual do Rio de Janeiro confere ao Poder Executivo competência privativa para apresentar normas que interfiram em questões de gestão administrativa, determinando-se de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

Sendo assim, é forçoso concluir que a medida padece de vício de iniciativa formal, contrariando o Princípio da Separação dos Poderes, estampado no artigo 2º da Constituição Federal e no artigo 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, instada a se manifestar, a Secretaria de Estado de Educação destacou que “a atual dinâmica relacionada as escolas, junto à Comunidade Escolar, já prevê, em atenção ao Princípio da Economicidade, a disponibilização de documentação digital relacionada aos direitos e deveres dos estudantes, e que a distribuição de cartilhas físicas ensinará em um aumento de gastos de difícil mensuração, haja vista o tamanho da rede, bem como as atualizações sistemáticas que podem vir a ser realizadas no documento.”

De tal forma, que não me restou outra opção a não ser a de opor o veto total que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2487148

Guarda de documentos

Digitalização

Indexação e Gerenciamento

Sistema 100% em nuvem



 rjdoc@ioerj.rj.gov.br

 (21) 2717-6209